

25/06/2015 - 05:00

Todos os bonds ainda serão verdes

Por **Marco Fujihara**

A aplicação dos recursos financeiros deve estar em linha com os princípios de desenvolvimento sustentável, o que pressupõe um sistema financeiro economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto. Esta é a essência do conceito de finanças sustentáveis que o sistema financeiro brasileiro terá de perseguir a partir de 31 de julho, conforme a resolução 4.327, do Banco Central, que define as diretrizes da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA).

As instituições financeiras estão expostas a riscos de natureza ambiental ou social por meio de seus clientes e fornecedores, sejam tomadores de crédito ou aplicadores de recursos. E esses riscos socioambientais deverão ser mapeados. A carência de gerenciamento desses riscos pode causar danos à reputação, acarretar perdas legais e de receitas. As instituições terão de demonstrar como avaliam os riscos socioambientais no processo de gerenciamento das diversas modalidades de risco a que estão expostas. É importante que os bancos criem princípios, critérios e indicadores em suas análises de risco socioambiental.

A expectativa é de que a demanda por títulos verdes seja crescente. Para 2015, a previsão é de que o volume de emissões chegue a US\$ 100 bilhões, cifra ainda muito pequena se comparada ao tamanho do mercado mundial de títulos, estimado em US\$ 80 trilhões

A incorporação dos critérios de sustentabilidade aos negócios, como estabelece o Banco Central, é uma etapa fundamental para viabilizar o desenvolvimento sustentável na medida em que os bancos têm poder de influenciar os mercados, seja de crédito ou de funding. Nesse modelo, um banco de investimentos, por exemplo, para aprovar uma operação de fusão passaria a exigir das empresas envolvidas a comprovação de que não possuem passivos ambientais, sociais ou negócios que ameacem as boas práticas de responsabilidade social (como uso de mão de obra escrava), bem como uma governança insofismável.

Num mundo em que a crise da água já é uma das três principais preocupações globais, o sistema financeiro não pode mais passar ao largo dos riscos de crédito provocados pelas mudanças climáticas, que têm impacto em vários setores da economia. No caso do Brasil, o agronegócio merece especial atenção. A preocupação com o desenvolvimento sustentável não está mais restrita a apenas um grupo de especialistas e acadêmicos.

No último encontro de Davos, realizado em janeiro deste ano, mudanças climáticas e desigualdade foram dois dos três desafios de longo prazo discutidos pela elite política e econômica mundial - o outro foi o futuro da internet. Reuniões convocadas por bancos com atuação global com a participação de especialistas em sustentabilidade para discutir finanças sustentáveis, instrumentos de funding não convencionais, green bonds entre outros temas têm sido mais comum do que se possa imaginar, inclusive no Brasil, onde o assunto ainda engatinha.

Para viabilizar o desenvolvimento sustentável algumas ações se fazem necessárias e precisam ser exercitadas no dia a dia dos negócios. Os "green bonds" são uma espécie de dívida de longo prazo para financiar projetos sustentáveis, construção de parque eólicos, carros de emissão zero, projetos florestais, melhores práticas agrícolas e, na área de infraestrutura, para ajudar a reduzir as emissões de gás de efeito estufa (GEE) e minimizar o aquecimento global.

Criado em 2008 pelo Banco Mundial, esse instrumento financeiro vem registrando forte crescimento, impulsionado pelo mundo corporativo. Em 2014, o mercado de títulos verdes triplicou, atingindo cerca de US\$ 35 bilhões. Aproximadamente metade dos títulos foi emitida por empresas, demonstrando um avanço significativo em relação ao ano anterior, 2013, quando a maior parte dos "green bonds" havia sido vendida por instituições multilaterais de crédito, como o Banco Mundial.



Muitos papéis verdes tiveram demanda duas a três vezes superior à oferta. E a expectativa é de que a demanda por títulos verdes seja crescente. Para este ano, a previsão é de que o volume de emissões chegue a US\$ 100 bilhões. Essa cifra, contudo, ainda é muito pequena se comparada ao tamanho do mercado mundial de títulos, estimado em US\$ 80 trilhões. Isso significa que ainda há um enorme potencial de crescimento para o mercado de títulos verdes. E o Brasil não pode ficar à margem desse processo.

O mercado de "green bonds" tem atraído a atenção de instituições financeiras no Brasil, interessadas na estruturação deste instrumento de financiamento. Sabemos que o momento econômico não é dos mais favoráveis, mas é preciso começar a construir um modelo de investimento sustentável, que ofereça retorno satisfatório - afinal todo mundo quer investir e ter algum ganho -, e que atenda aos interesses de emissores e compradores.

O Banco Mundial tem contribuído, sugerindo critérios de elegibilidade para os projetos a serem financiados com os recursos captados pelos "green bonds", formatos de relatórios, enfim as regras necessárias para dar transparência, governança e segurança do mercado a esses títulos. Essa é uma discussão que vem ganhando corpo no Brasil.

Os bancos não têm impacto direto sobre o meio ambiente, mas sabem que têm o papel de fomentar e viabilizar, por meio de seus negócios, grandes mudanças. A estratégia vencedora será aquela que una as questões sociais e ambientais. Num futuro não muito distante, todos os bonds ainda serão verdes. Enquanto isso, vamos aproveitar nossas vantagens competitivas em sustentabilidade no Brasil para ganhar a dianteira deste processo.

Marco Fujihara é diretor da Keyassociados e consultor do Banco Mundial.